

Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura “Entidade”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de



continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Flávio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa		76	152	Projetos a executar	6	7.473	8.969
Recursos vinculados a projetos	4	16.924	15.430	Contas a pagar	7	3.874	1.494
Despesas antecipadas		505	637	Obrigações tributárias		1.299	1.290
Outros créditos		<u>5</u>	<u>19</u>	Obrigações trabalhistas	8	1.173	1.157
				Provisão de férias e encargos		<u>3.416</u>	<u>2.990</u>
Total do ativo circulante		<u>17.510</u>	<u>16.238</u>	Total do passivo circulante		<u>17.235</u>	<u>15.900</u>
Recursos vinculados a projetos	4	1.118	2.675				
Depósitos judiciais		<u>104</u>	<u>112</u>	Projetos a executar	6	1.118	2.675
				Provisão para contingências	9	295	353
Total realizável a longo prazo		<u>1.222</u>	<u>2.787</u>	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	<u>8.702</u>	<u>3.681</u>
Imobilizado	5	<u>8.802</u>	<u>3.781</u>	Total do passivo não circulante		<u>10.115</u>	<u>6.709</u>
Total do ativo não circulante		<u>10.024</u>	<u>6.568</u>	Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		197	130
				(Déficit) superávit acumulado		<u>(13)</u>	<u>67</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>184</u>	<u>197</u>
Total do ativo		<u>27.534</u>	<u>22.806</u>	Total do passivo		<u>27.534</u>	<u>22.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	6 e 12.a	53.995	60.491
Convênios (Termos de Fomento)	12a	35	475
Outras receitas		-	3
Voluntários	3.h	<u>156</u>	<u>156</u>
Total de receitas		54.186	61.125
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(34.697)	(36.456)
Despesas gerais (produção cultural)	14	(5.901)	(10.217)
Serviços profissionais	15	(6.548)	(7.049)
Gerais e administrativas	16	(5.872)	(5.956)
Despesas divulgação e comunicação		(93)	(121)
Depreciação e amortização		(853)	(909)
Outras despesas		(24)	(99)
Voluntários	3.h	<u>(156)</u>	<u>(156)</u>
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		<u>(54.144)</u>	<u>(60.963)</u>
 Despesas financeiras		<u>(55)</u>	<u>(95)</u>
		<u>(54.199)</u>	<u>(61.058)</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u><u>(13)</u></u>	<u><u>67</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
(Déficit) superávit do exercício	(13)	67
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(13)</u>	<u>67</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	(Déficits) superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	74	56	130
Incorporação do superávit ao patrimônio social	56	(56)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>67</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>130</u></u>	<u><u>67</u></u>	<u><u>197</u></u>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	67	(67)	-
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><u>197</u></u>	<u><u>(13)</u></u>	<u><u>184</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(13)	67
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	3	-
Depreciação e amortização	853	909
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	63	(1.720)
Outros créditos, despesas antecipadas e depósitos judiciais	154	38
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	1.968	2.265
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	442	315
Contas a pagar, obrigações tributárias e contingências	2.331	(352)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>5.801</u>	<u>1.522</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(5.877)</u>	<u>(1.430)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(5.877)</u>	<u>(1.430)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(76)</u>	<u>92</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	152	60
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>76</u>	<u>152</u>
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(76)</u>	<u>92</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poesis” ou “Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística, museológicos e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poesis como uma “Entidade da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

A Poesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa de São Paulo, podendo também firmar parcerias e outros termos de colaboração para desenvolvimento de projetos culturais com instituições públicas e privadas ou através de patrocínio ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal.

1.2 Coronavírus (“COVID-19”)

Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e o aumento significativo da incerteza econômica. O setor cultural foi afetado com a suspensão temporária das atividades com público presencial. A Entidade teve de readequar junto a Secretaria de Cultura e os demais parceiros de projetos, a forma de atuação no cumprimento das obrigações contratuais. As principais iniciativas adotadas pela Administração da Entidade foram:

- Fechamento das unidades de Fábricas de Cultura, Oficinas Culturais e Museológicas pelo período proibitivo de acordo com as determinações do governo;
- Implantação de home-office para todos os colaboradores;
- Readequação das metas e obrigações do contrato de gestão para o exercício de 2020;
- Renegociação de contratos com prestadores de serviços;
- Adesão a Medida Provisória (MP) 936/2020, com a redução de jornada de trabalho (50% para todo corpo de funcionários e diretores).

Devido os impactos ocasionados pelo Covid-19, houve uma redução do valor dos repasses do contrato de gestão. Para o exercício de 2020 estava previsto para serem repassados R\$ 60.575, com o cenário de pandemia a Secretaria de Cultura emitiu o aditamento com o valor revisado

para R\$ 54.609. Em contrapartida todas as metas qualitativas de execução foram realinhadas com a Secretaria de Cultura e migradas para plataformas online, tais como: comunicação da agenda virtual do museu, exposições, oficinas culturais, ateliês, apresentações e performances artísticas, seminários e workshops, encontros com escritores, comunicações museológicas, engajamento em redes sociais e dentre outras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 3.c (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 9** – mensuração de provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado com base no método de juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, ou seja quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamento de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de som/luz	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade

de provisão.

e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o impostos incidentes sobre receita financeira, impostos incidentes sobre operações de câmbio e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 registrou o montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2019) referente a trabalhos voluntários.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são

revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2020	2019
Caixa	804	5.193
Aplicações financeiras	17.238	12.912
	18.042	18.105
Ativo circulante	16.924	15.430
Ativo não circulante	1.118	2.675
	18.042	18.105

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 79% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2020 (96% em 2019).

Os recursos do ativo não circulante, referem-se ao fundo de reserva, constituído com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa.

5 Imobilizado

Movimentação 2020

	01/01/2020 Custo	Adições	Baixas	31/12/2020 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	2.334	1.875	(1)	4.208
Equipamentos de Informática	1.452	320	(3)	1.769
Móveis e Utensílios	2.062	236	-	2.298
Equipamentos de som/luz	1.850	225	-	2.075
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	388	27	-	415
Equipamentos de telecomunicações	96	14	-	110
Software	221	349	-	570
Benfeitorias imóveis de terceiros (a)	-	2.831	-	2.831
Total	8.527	5.877	(4)	14.400

	01/01/2020 Depreciação	Adições	Baixas	31/12/2020 Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(1.435)	(200)	-	(1.635)
Equipamentos de Informática	(1.015)	(138)	1	(1.152)
Móveis e Utensílios	(885)	(198)	-	(1.083)
Equipamentos de som/luz	(988)	(208)	-	(1.196)
Máquinas e Equipamentos	(66)	-	-	(66)
Instalações	(120)	(39)	-	(159)

Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Equipamentos de telecomunicações	(57)	(14)	-	(71)
Software	(180)	(9)	-	(189)
Benfeitorias imóveis de terceiros	-	(47)	-	(47)
Total	(4.746)	(853)	1	(5.598)
Saldo líquido	3.781	5.024	(3)	8.802

- (a) Em 2020 houve a reforma do teatro da Fábrica de Cultura de Diadema e reforma estrutural nas Fábricas de Cultura São Luis, Jaçanã, Capão Redondo e Oficina Oswald de Andrade, veja nota 7.

Movimentação 2019

	01/01/2019 Custo	Adições	Baixas	31/12/2019 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.947	387	-	2.334
Equipamentos de Informática	1.282	170	-	1.452
Móveis e Utensílios	1.838	224	-	2.062
Equipamentos de som/luz	1.367	483	-	1.850
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	252	136	-	388
Equipamentos de telecomunicações	80	16	-	96
Software	207	14	-	221
Total	7.097	1.430	-	8.527

	01/01/2019 Depreciação	Adições	Baixas	31/12/2019 Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(1.236)	(199)	-	(1.435)
Equipamentos de Informática	(823)	(192)	-	(1.015)
Móveis e Utensílios	(685)	(200)	-	(885)
Equipamentos de som/luz	(769)	(219)	-	(988)
Máquinas e Equipamentos	(45)	(21)	-	(66)
Instalações	(88)	(32)	-	(120)
Equipamentos de telecomunicações	(28)	(29)	-	(57)
Software	(163)	(17)	-	(180)
Total	(3.837)	(909)	-	(4.746)
Saldo líquido	3.260	521	-	3.781

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Saldos em 2019	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Saldos em 2020
Projetos a executar							
Contrato de Gestão nº 02/2016 (a)	8.035	37.043	175	256	(38.482)	(5.859)	1.168
Contrato de Gestão nº 01/2017 (b)	1.351	5.549	193	49	(5.391)	(11)	1.740
Contrato de Gestão nº 05/2018 (c)	1.793	12.017	631	79	(9.265)	(7)	5.248
Termo FLI	65	-	-	-	-	-	65
Mecenato - PRONAC 190107	400	-	-	4	(34)	-	370
Total de projetos a executar	<u>11.644</u>	<u>54.609</u>	<u>999</u>	<u>388</u>	<u>(53.172)</u>	<u>(5.877)</u>	<u>8.591</u>
Total de projetos a executar curto prazo	8.969	-	-	-	-	-	7.473
Total de projetos a executar longo prazo	<u>2.675</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.118</u>
	<u>11.644</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.591</u>
Obrigações com estado - imobilizado	<u>3.681</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(853)</u>	<u>5.874</u>	<u>8.702</u>

	Saldos em 2018	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2019
Projetos a executar									
Contrato de Gestão nº 08/2013	1.096	-	-	12	-	-	(1.003)	(105)	-
Contrato de Gestão nº 02/2016 (a)	7.782	43.073	694	530	(42.631)	(1.413)	-	-	8.035
Contrato de Gestão nº 01/2017 (b)	538	6.452	468	74	(6.167)	(14)	-	-	1.351
Contrato de Gestão nº 05/2018 (c)	-	10.053	1.332	195	(10.787)	(3)	1.003	-	1.793
Termo FLI	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Contrato de Patrocínio CEF 2033/17	32	45	-	-	(77)	-	-	-	-
Mecenato - PRONAC 154926	3	-	-	-	(3)	-	-	-	-
Mecenato - PRONAC 190107	-	400	-	-	-	-	-	-	400
Mecenato - PRONAC 179255	383	-	-	11	(394)	-	-	-	-
Contrato de Gestão nº 30/2008	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de projetos a executar	<u>9.900</u>	<u>60.023</u>	<u>2.494</u>	<u>822</u>	<u>(60.060)</u>	<u>(1.430)</u>	<u>-</u>	<u>(105)</u>	<u>11.644</u>
Total de projetos a executar curto prazo	8.172	-	-	-	-	-	-	-	8.969
Total de projetos a executar longo prazo	<u>1.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.675</u>
	<u>9.900</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.644</u>
Obrigações com estado - imobilizado	<u>3.160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(909)</u>	<u>1.430</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.681</u>

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente entre 2,5% a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

a. Contrato de Gestão - 2/2016

Em 30 de junho de 2016, a Poesis firmou com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa de São Paulo o Contrato de Gestão nº 2/2016 para dar continuidade às ações do Programa Fábricas de Cultura nas unidades de Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã e Núcleo Luz, pelo prazo de 54 meses, de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020, com valor global de repasses previstos da ordem de R\$ 145.175.

O Contrato de Gestão teve o seu valor total de repasses sucessivamente elevado para R\$ 150.574 com as assinaturas do 2º Termo de Aditamento em 18 de outubro de 2017, e do 3º Termo em 05 de abril de 2018. Posteriormente, com a assinatura em 31 de agosto de 2018 de 4º Termo Aditivo, o Contrato de Gestão passou também a contemplar a gestão de mais uma unidade localizada no município de Diadema (SP), e por força do 5º Termo Aditivo firmado em 20 de dezembro de 2018, teve o valor total de repasses previstos elevado para R\$ 170.008. Em razão ao 6º Termo Aditivo, firmado em 12/12/2019, passaram a vigorar com a importância global de repasses previstos para Contrato de Gestão R\$ 174.784, e, por fim, mediante o 7º Termo Aditivo firmado em 1º de setembro de 2020, o valor global dos repasses previstos no ajuste ficou consolidado em R\$ 173.530, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 2/2016	Recebidos	A Receber	Total
2016	17.653	-	17.653
2017	34.580	-	34.580
2018	41.181	-	41.181
2019	43.073	-	43.073
2020	37.043	-	37.043
	<u>173.530</u>	<u>-</u>	<u>173.530</u>

O término da vigência do Contrato de Gestão ocorreu regularmente em 31 de dezembro de 2020, estando previsto a transferência de recursos equivalentes a R\$ 1.152, sendo R\$ 702 referente a reserva de contingência, para operacionalização do Contrato de Gestão 03/2020 firmado pela Entidade com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa em 30 de dezembro de 2020, para dar prosseguimento à gestão do Programa Fábricas de Cultura nas unidades acima mencionadas a partir de 1º de janeiro de 2021. O contrato terá validade de 60 meses, com valor global estimado em R\$ 231.681.

Repasse do Contrato de Gestão nº 03/2020	Recebidos	À Receber	Total
2021	-	43.776	43.776
2022	-	44.581	44.581
2023	-	46.141	46.141
2024	-	47.756	47.756
2025	-	49.427	49.427
	-	231.681	231.681

b. Contrato de Gestão - 1/2017

A Poiesis, selecionada em processo de chamada pública, firmou em 1º de julho de 2017 com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa, o Contrato de Gestão nº 1/2017, para dar sequência ao gerenciamento e execução de atividades a serem desenvolvidas na rede de museus-casas literários Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade. O Contrato de Gestão tem prazo de vigência até 30 de junho de 2022, e, com a assinatura do 3º Termo Aditivo em 24 de junho de 2020, prevê repasses totais da ordem de R\$ 30.805, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasse do Contrato de Gestão nº 1/2017	Recebidos	À Receber	Total
2017	2.674	-	2.674
2018	6.452	-	6.452
2019	6.452	-	6.452
2020	5.549	-	5.549
2021	-	6.452	6.452
2022	-	3.226	3.226
	21.127	9.678	30.805

c. Contrato de Gestão – 5/2018

Em 28 de dezembro de 2018 a Poiesis firmou com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa o Contrato de Gestão nº. 05/2018, para dar continuidade ao programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 60 meses a contar de 1º de janeiro de 2019. Por intermédio sucessivo dos 1º e 2º Termos Aditivos, firmados respectivamente em 5 de junho e 2 de dezembro de 2020, o valor global de repasses previstos passou a totalizar R\$ 56.224, com o seguinte cronograma anual:

Repasse do Contrato de Gestão nº 05/2018	Recebidos	A receber	Total
2019	11.056	-	11.056
2020	12.017	-	12.017
2021	-	11.050	11.050
2022	-	11.050	11.050
2023	-	11.051	11.051
	23.073	33.151	56.224

Dos valores recebidos no exercício de 2019, R\$ 934 provieram do excedente financeiro apurado por ocasião do encerramento do Contrato de Gestão nº 8/2013, assim como o montante de R\$ 69 que passou a integrar adicionalmente o valor de reservas de contingência do Contrato de Gestão, sem prejuízo do valor a ser repassado pela Secretaria de Estado da Cultura.

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2020 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2021.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

7 Contas a pagar

	2020	2019
Fornecedores	1.511	282
Prestadores de serviços (*)	<u>2.363</u>	<u>1.212</u>
	<u>3.874</u>	<u>1.494</u>

(*) o sado em aberto de prestadores de serviços refere-se substancialmente a reforma estrutural nas Fábricas de Cultura, unidades São Luis, Jaçanã, Capão Redondo e Oficina Oswald de Andrade, sendo os principais gastos com impermeabilização, manutenção de pára-raio e pintura dos portões, bem como aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para a unidade de Diadema.

8 Obrigações trabalhistas

	2020	2019
INSS a recolher	618	614
IRRF a recolher	261	283
FGTS a recolher	199	195
PIS sobre folha de pagamento a recolher	32	31
Serviços prestados por autônomos a pagar	63	10
Salários a pagar	-	24
	<u>1.173</u>	<u>1.157</u>

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 295 (R\$ 353 em 2019), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos, como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 53 (R\$ 355 em 2019) de processos com probabilidade de perda possível de natureza trabalhista.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2020 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2019), conforme mencionado na nota explicativa 3.h.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados por meio do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2020	2019
Contrato de Gestão nº 02/2016	38.815	42.149
Contrato de Gestão nº 05/2018	8.593	9.357
Contrato de Gestão nº 01/2017	5.204	5.679
Parcerias	793	2.021
Receitas financeiras	384	807
Aluguel de espaço	181	408
Outros	25	70
	<u>53.995</u>	<u>60.491</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

Convênios (Termos de Fomento)

	2020	2019
Mecenato - PRONAC 179555	-	388
Mecenato - PRONAC 190107	30	-
Contrato de Patrocínio CEF 2033/17	-	77
Receitas Financeiras	5	10
	<u>35</u>	<u>475</u>

13 Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários, horas extras e outras	(17.013)	(19.045)
Benefícios	(6.426)	(5.565)
Encargos	(6.009)	(6.798)
Férias e encargos	(3.071)	(2.893)
13º e encargos	(2.178)	(2.155)
	<u>(34.697)</u>	<u>(36.456)</u>

14 Despesa gerais com produção cultural

	2020	2019
Serviços artísticos	(4.683)	(6.692)
Materiais de produção	(928)	(2.026)
Despesas com transporte	(69)	(760)
Serviços técnicos de produção	(52)	(436)
Aquisição de acervo	(43)	(129)
Cooperativas	(123)	(57)
Viagens e estadias	(3)	(113)
Direitos autorais	-	(4)
	<u>(5.901)</u>	<u>(10.217)</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2020	2019
Serviços de limpeza e vigilância	(5.497)	(5.860)
Assessoria em T.I.	(480)	(505)
Assessoria contábil	(291)	(318)
Assessoria jurídica	(193)	(244)
Assessoria em elaboração de projetos	(87)	(122)
	<u>(6.548)</u>	<u>(7.049)</u>

16 Gerais e administrativas

	2020	2019
Conservação e manutenção	(3.068)	(2.812)
Serviços de utilidade pública	(826)	(1.078)
Material de escritório e outros	(647)	(454)
Aluguel e condomínio	(519)	(545)
Telefonia	(231)	(170)
Seguros	(93)	(72)
Locações	(68)	(105)
Contingência trabalhistas	(39)	(103)
Outros	(381)	(617)
	<u>(5.872)</u>	<u>(5.956)</u>

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico

PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação

dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- **IRPJ** (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- **ISSQN** (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- **COFINS** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade mantinha cobertura de seguros contra riscos operacionais estimados em R\$ 64.671 (R\$ 69.209 em 2019), e de R\$ 9.656 (R\$ 9.656 em 2019) para riscos de responsabilidade civil.

* * *

Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo

Plinio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro

Ricardo Rosati
Accountant CRC 1SP220213/O-6